

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSE
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Zé Reinaldo
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Zé Reinaldo

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Zé Reinaldo

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Cabral

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Erci de Moraes
Deputado Coronel Chagas

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Joaquim Ruiz
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado George Melo
Deputado Jean Frank
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Marcelo Natanael
Deputada Ângela Águia Portella

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado George Melo
Deputado Erci de Moraes
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Remídio Monai

Atos Administrativos

Resoluções nº 123 a 126/2014-DGP	02
Resoluções de Afastamentos nº 204 e 205/2014	02
Resoluções de Afastamentos nº 206/2014	03

Atos Legislativos

Resoluções da Mesa nº 16 a 19/2014	03
Autógrafo Moção de Pesar nº 008/2014	04
Proposta de Moção de Repúdio nº 013/2014	04
Ofício nº 032/2014/Gab. Gov.	04
Ata da 2298ª Sessão Ordinária - Sucinta	04
Termo de Não-Realização da 2299ª Sessão Ordinária	05
Ata da 2291ª Sessão Plenária - Íntegra	05
Comissão Especial Interna - Resolução nº 004/14	
- Edital de Convocação nº 001/14	14

SUMÁRIO

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
 Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA
 Diagramação

EXPEDIENTE

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

ATOS ADMINISTRATIVOS
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
RESOLUÇÃO Nº 123/2014-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º SUSPENDER férias da servidora **Silvia Maria Macedo Coelho**, referentes ao exercício de 2013/2014, marcadas no período de 24/03/2014 a 22/04/2014, para serem usufruídas no período de 01/09/2014 a 30/09/2014 por necessidade do serviço, conforme Memo.nº 001/Coordenadoria do Cerimonial.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
 Palácio Antônio Martins, 22 de abril de 2014.

Deputado Francisco de Sales Guerra Neto

Presidente

Deputado Jalsner Renier Padilha

1º Secretário

Deputado Remídio Monai Montessi

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 124/2014-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º SUSPENDER férias da servidora **Bruna Carolina Santos Gonçalves**, referentes ao exercício de 2013/2014, marcadas no período de 10/04/2014 a 09/05/2014, para serem usufruídas no período posterior por necessidade do serviço, conforme Memo.nº 07/2014/CONJUD.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
 Palácio Antônio Martins, 22 de abril de 2014.

Deputado Francisco de Sales Guerra Neto

Presidente

Deputado Jalsner Renier Padilha

1º Secretário

Deputado Remídio Monai Montessi

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 125/2014-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º SUSPENDER férias da senhora **Amália do Socorro Cravo da Fonseca**, referente ao exercício de 2013/2014, marcadas do período de 01/04/2014 a 24/04/2014, para serem usufruídas posteriormente, por necessidade de serviço, conforme requerimento da servidora.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
 Palácio Antônio Martins, 22 de abril de 2014.

Deputado Francisco de Sales Guerra Neto

Presidente

Deputado Jalsner Renier Padilha

1º Secretário

Deputado Remídio Monai Montessi

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 126/2014-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º SUSPENDER férias da senhora **Adna Maria de Andrade Pereira**, referente ao exercício de 2013/2014, marcadas do período de 03/02/2014 a 22/02/2014, para serem usufruídas posteriormente, por necessidade de serviço, conforme requerimento da servidora.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos 03/02/2014.

Palácio Antônio Martins, 22 de abril de 2014.

Deputado Francisco de Sales Guerra Neto

Presidente

Deputado Jalsner Renier Padilha

1º Secretário

Deputado Remídio Monai Montessi

2º Secretário

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS
RESOLUÇÃO Nº 204/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **FLÁBIA MIRANDA VIEIRA**, Matrícula 011463 para viajar com destino ao município de São Luiz do Anauá, no período de 28.04 a 30.04.2014, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 22 de abril de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSNER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 205/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do servidor **ANTONIO CLÁUDIO CARVALHO THEOTÔNIO**, Matrícula 009922 para viajar com destino ao município de São Luiz do Anauá, nos dias 28

e 29.04.2014, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 22 de abril de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 206/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **ARIANA CÂMARA DASILVA**, Matrícula 011853 para viajar com destino a cidade de Salvador-BA, nos dias 24 e 25.04.2014, com a finalidade de participar da 9ª Reunião do Grupo de Trabalho Técnico do Meio Ambiente – GTT-MA, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 22 de abril de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS

RESOLUÇÃO DA MESA

RESOLUÇÃO Nº 016/14

Cria Comissão Especial Interna para analisar e dar parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 004/2014.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 31, *caput* e art. 33, IX da Constituição Estadual, c/c art. 23, VI, “j”, e art. 42 do Regimento Interno deste Poder, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica criada **Comissão Especial Interna**, para analisar e dar parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 004/2014 que “acresce os arts. 10-C e 10-D ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Roraima de dá outras providências”, composta pelos seguintes Parlamentares:

- Coronel Chagas;
- George Melo;
- Jânio Xingu;
- Gabriel Picanço; e
- Naldo da Loteria.

Art. 2º Esta Comissão tem o prazo para funcionamento de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio Antônio Martins, 22 de abril de 2014.

Dep. **CORONEL CHAGAS**

2º Vice-Presidente

Dep. **JALSER RENIER**

1º Secretário

Dep. **REMÍDIO MONAI**

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 017/2014

Cria Comissão Especial Externa para, nos termos dos artigos 269 e 271 do Regimento Interno, analisar a indicação do nome da Senhora Viviane Gomes Lima, para exercer o cargo de Diretora Executiva de Planejamento, Administração e Finanças, da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado de Roraima – ARES/RR, nos termos do art. 33, inciso XVIII, da Constituição do Estado de Roraima.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 31 *caput* e art. 33, XVIII, da Constituição Estadual, c/c art. 23, VI, “j”, e art. 43 do Regimento Interno deste Poder, promulga a seguinte

Resolução:

Art. 1º. Fica criada Comissão Especial Externa para, termos dos artigos 269 e 271 do Regimento Interno, analisar a indicação do nome da Senhora Viviane Gomes Lima, para exercer o cargo de Diretora Executiva de Planejamento, Administração e Finanças, da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado de Roraima – ARES/RR e sabatiná-la, conforme Mensagem Governamental nº 023, de 04 de abril de 2014, composta pelos seguintes Parlamentares:

- Brito Bezerra;
- Zé Reinaldo;
- Chicão da Silveira;
- Angela Águida Portella; e
- Marcelo Cabral.

Art. 2º A Comissão a que se refere o art. 1º tem o prazo para funcionamento de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 22 de abril de 2014.

Dep. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Dep. **JALSER RENIER**

1º Secretário

Dep. **REMÍDIO MONAI**

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 018 /2014

Cria Comissão Especial Externa para, nos termos dos artigos 269 e 271 do Regimento Interno, analisar a indicação do nome do Senhor Marcelo Marcos Levy de Andrade, para exercer o cargo de Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima - FEMARH, nos termos do art. 33, inciso XVIII, da Constituição do Estado de Roraima.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 31 *caput* e art. 33, XVIII, da Constituição Estadual, c/c art. 23, VI, “j”, e art. 43 do Regimento Interno deste Poder, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica criada Comissão Especial Externa para, termos dos artigos 269 e 271 do Regimento Interno, analisar a indicação do nome do Senhor Marcelo Marcos Levy de Andrade, para exercer o cargo de Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima - FEMARH e sabatiná-lo, conforme Mensagem Governamental nº 027, de 15 de abril de 2014, composta pelos seguintes Parlamentares:

- Ionilson Sampaio;
- Jânio Xingu;
- Brito Bezerra;
- Naldo da Loteria; e
- Gabriel Picanço.

Art. 2º A Comissão a que se refere o art. 1º tem o prazo para funcionamento de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 22 de abril de 2014.

Dep. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Dep. **JALSER RENIER**

1º Secretário

Dep. **REMÍDIO MONAI**

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 019 /2014

Cria Comissão Especial Externa para, nos termos dos artigos 269 e 271 do Regimento Interno, analisar a indicação do nome do Senhor Cícero Hério Carreiro Batista, para exercer o cargo de Presidente da Companhia de Desenvolvimento de Roraima - CODESAIMA, nos termos do art. 33, inciso XVIII, da Constituição do Estado de Roraima.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, e de conformidade com

o art. 31 *caput* e art. 33, XVIII, da Constituição Estadual, c/c art. 23, VI, "j", e art. 43 do Regimento Interno deste Poder, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica criada Comissão Especial Externa para, termos dos artigos 269 e 271 do Regimento Interno, analisar a indicação do nome do Senhor Cícero Hério Carreiro Batista, para exercer o cargo de Presidente da Companhia de Desenvolvimento de Roraima - CODESAIMA e sabatiná-lo, conforme Mensagem Governamental nº 028, de 15 de abril de 2014, composta pelos seguintes Parlamentares:

- **Mecias de Jesus;**
- **Joaquim Ruiz;**
- **Coronel Chagas;**
- **Soldado Sampaio; e**
- **Erci de Moraes.**

Art. 2º A Comissão a que se refere o art. 1º tem o prazo para funcionamento de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
 Palácio Antônio Martins, 22 de abril de 2014.

Dep. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Dep. **JALSER RENIER**

1º Secretário

Dep. **REMÍDIO MONAI**

2º Secretário

AUTÓGRAFOS - MOÇÕES

MOÇÃO DE PESAR Nº 008/2014

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora toma pública:

- **Moção de Pesar** aos familiares da Senhora Rosa Maria Marinho Soares, mãe do atual Secretário de Segurança Pública, **Amadeu da Silva Soares Junior**, pelo seu falecimento ocorrido no dia 08 de abril do corrente, nesta cidade de Boa Vista.

A Assembleia Legislativa, nos termos do art. 205 do seu Regimento Interno, em nome de seus membros, vem de público apresentar sentimentos de pesar ao Senhor Amadeu da Silva Soares e a seus filhos **Amadeu da Silva Soares Junior, Ronan Marinho Soares, Ranieri Marinho Soares, Romualdo Marinho Soares, Romulo Marinho Soares e Rosana das Graças Marinho Soares.**

Desejamos que a mesma seja acolhida pela providência divina, com muita luz.

Palácio Antonio Augusto Martins, 10 de abril de 2014.

Deputado **CORONEL CHAGAS**

2º Vice-Presidente

Deputado **REMÍDIO MONAI**

2º Secretário

Deputado **NALDO DA LOTERIA**

4º Secretário

PROPOSTA DE MOÇÕES

PROPOSTA DE MOÇÃO DE REPÚDIO Nº 013/2014

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública:

- **Moção de Repúdio** aos atos da Empresa de Transportes União Cascavel – EUCATUR, contra Empresas Roraimenses que atuam no mesmo segmento de serviços, de cujas ações provocam constrangimento e prejuízo

à população roraimense especialmente por não poder escolher a empresa através da qual possam se deslocar no trajeto Boa Vista/Manaus/Boa Vista, visto que no momento nenhuma empresa detém a concessão pública para a realização do serviço, enquanto aquela detém um monopólio oficial.

Palácio Antônio Augusto Martins, 22 de abril de 2014.

GEORGE MELO

Deputado Estadual

RECEBIDOS DO EXECUTIVO

OFÍCIOS EXPEDIDOS PELO EXECUTIVO

Ofício nº 032/2014/Gav.Gov.

A Sua Excelência o Senhor

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

NESTA/

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, que o Deputado **JOSÉ REINALDO PEREIRA DA SILVA** exercerá, na forma regimental, a liderança do Governo do estado nessa Casa Legislativa, ao tempo em que solicito sejam dispendidas ao nobre Deputado as honras de praxe e de estilo.

Atenciosamente,

FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES

Governador do Estado de Roraima

ATAS PLENÁRIAS - SUCINTA

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA DUCENTÉSIMA NONAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia quinze de abril de dois mil e quatorze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima nonagésima oitava Sessão Ordinária do quadragésimo sétimo período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Chicão da Silveira**, declarou aberta a Sessão, convidando o Senhor Deputado **Gabriel Picanço** para atuar como Primeiro Secretário *ad hoc*. Continuando, solicitou ao Senhor Segundo Secretário, Deputado **Remídio Monai**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Expediente. **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Memorando nº 06/14, de 10/04/14, da Superintendência Administrativa, informando que, onde se lê Plenário Valério Magalhães, leia-se Plenário Noêmia Bastos. Memorando nº 03/14, de 09/04/04, do Deputado Rodrigo Jucá, justificando sua ausência nas sessões plenárias dos dias 03/04/14 e 08/04/14. **RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:** Ofício nº 25/14, de 09/04/14, do Governador do Estado de Roraima, solicitando restituição ao Poder Executivo do Projeto de Lei que "dispõe sobre a desafetação e autorização de alienação em hasta pública dos bens mencionados", referente à Mensagem Governamental nº 024, de 07/04/14, visto que a matéria será objeto de readequações técnicas por parte do governo estadual. Ofício nº 26/14, de 10/04/14, do Governador do Estado de Roraima, restituindo o Projeto de Lei Substitutivo que "dispõe sobre a desafetação e autorização da alienação dos bens mencionados", referente à Mensagem Governamental nº 024, de 07/04/14, com as



devidas adequações técnicas por parte deste governo estadual. Mensagem Governamental nº 025/14, de 09/04/14, do Governador do Estado de Roraima, encaminhando à consideração o Projeto de Lei que “autoriza o Poder Executivo a desafetar e alienar o Conjunto dos Executivos”. Mensagem Governamental nº 026/14, de 11/04/14, do Governador do Estado de Roraima, comunicando veto parcial ao Projeto de Lei que “propõe Comemorações em Homenagem à Semana da Cultura Nordestina no Estado de Roraima” de autoria do Deputado Ivo Som. **EXTERNOS:** Comunicado nº AL 0115/14, de 02/04/14, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados à Secretaria de Educação Cultura e Desportos. **GRANDE EXPEDIENTE:** O Senhor Deputado **Remídio Monai** usou a tribuna para reportar-se ao sistema de transporte interestadual cuja concessão das linhas expirou em 2008, informando haver, no novo edital de licitação da ANTT, uma cláusula sobre os veículos possuírem, no máximo, oito anos de uso e, nos próximos três anos, deverão ter, no máximo, cinco anos. Devido a essa cláusula, as grandes empresas teriam pressionado a ANTT para que não ocorra a licitação. Prosseguindo, disse que as pequenas empresas, mesmo sem condições financeiras, fizeram empréstimos para se adequarem às exigências da ANTT, na esperança de que a licitação ocorresse este ano, mas até o momento não ocorreu e, provavelmente, não ocorra mais, devido às eleições. Segundo o Parlamentar, é lamentável mais um feriado chegando e a empresa dona do monopólio de transporte interestadual, que é de um Senador de Rondônia e que faz a linha para Manaus, mova seu poder econômico e político junto à ANTT e PRF para apreender os ônibus das pequenas empresas de Roraima, destacando o episódio ocorrido no dia quatorze deste mês, quando seguraram passageiros até meia-noite, humilharam cidadãos e ameaçaram prender os prepostos das empresas, obrigando-as a comprar passagens na empresa EUCATUR para que os clientes continuassem a viagem. Prosseguindo, o Senhor Deputado disse não restar outra alternativa senão buscar a justiça, a fim de requerer proteção legal contra esses abusos. De acordo com o Senhor Parlamentar, mesmo diante de todos os desafios, afirmou que não desanimará, porque a sociedade é contra esse tipo de ação. Finalizando, informou que o ônibus impedido de continuar a viagem era do ano, enquanto o que fez a baldeação dos passageiros tinha oito anos de uso. O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** iniciou cobrando do Executivo a reposição salarial dos servidores do Estado, o que estaria cobrando desde 2011 de acordo com os índices oficiais. Continuando, expôs o percentual de reposição salarial indexado pelo governo estadual (4,5%) e os índices de inflação dos últimos quatro anos a fim de comprovar que a reposição está bem abaixo do índice inflacionário. Isso, de acordo com o Senhor Deputado, nos últimos seis anos, resultou em uma perda salarial de 8% aos servidores, sem mencionar as progressões, promoções e falta de plano de cargos e salários que o governo e esta Casa não reconhecem como deveriam. Prosseguindo, afirmou que o governo não tem compromisso com os servidores, pois poucas categorias conseguiram que esta Casa aprovasse os respectivos planos de cargos e salários e muitos ainda ganham menos que um salário mínimo. Continuando, disse que as ações do atual governador são apenas para fazer marketing e fazer parecer diferente do ex-governador, uma vez que a venda do Conjunto dos Executivos e das aeronaves não renderá mais do que cinco milhões de reais, valor que não vai salvar o Estado da falência. Após, informou estar apresentando uma indicação ao Executivo para conceder a reposição salarial integral, de acordo com a inflação, aos servidores do Estado e sugeriu a esta Casa que faça o mesmo com os servidores do Poder Legislativo, os quais nem os 4,5% estão recebendo. Finalizou, ressaltando que, se o governo encaminhar para esta Casa a reposição salarial de maneira integral, de acordo com a inflação, irá demonstrar que realmente veio para fazer diferença. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou, para pauta da Ordem do Dia: discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 006/14, que “Concede a Comenda Orgulho de Roraima ao General de Brigada José Luiz Jaborandy Rodrigues, Comandante da 1ª Brigada de Infantaria de Selva”, de autoria do Deputado Coronel Chagas. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão pelo tempo necessário para que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final analisasse e emitisse parecer a referida matéria. Após, o tempo necessário, o Senhor Presidente, reabriu a Sessão solicitando ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Decreto Legislativo 006/14, bem como do Parecer da Comissão de Constituição Justiça e Redação Final. Em seguida, foi informado não haver quórum para deliberação da matéria, transferindo-a para a próxima sessão. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** Não houve. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 16 de abril, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito**

Bezerra, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá e Soldado Sampaio.
 Aprovada em: 22/04/2014

TERMO DA NÃO REALIZAÇÃO DA SEGUNDA MILÉSIMA DUCENTÉSIMA NONAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia dezesseis de abril de dois mil e quatorze, no Plenário desta Casa Legislativa, deixou de ser realizada a milésima ducentésima nonagésima nona Sessão Ordinária. O Senhor Presidente em exercício, Deputado **Coronel Chagas**, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado **Chicão da Silveira**, proceder à verificação de quórum, o qual foi informado não haver quórum regimental para o início dos trabalhos. Em seguida, suspendeu a abertura da Sessão pelo prazo de quinze minutos. Após o tempo estipulado, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Coronel Chagas** solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado **Chicão da Silveira**, nova verificação de quórum. E não havendo quórum regimental, o Senhor Presidente suspendeu a abertura da Sessão. Registraram a presença os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Gabriel Picanço e Joaquim Ruiz.**
 Aprovada em: 22/04/2014

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

**ATA DA 2291ª SESSÃO, EM 26 DE MARÇO DE 2014.
 47º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
 = ORDINÁRIA =**

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS
 (Em exercício)

Às nove horas do dia vinte e seis de março de dois mil e quatorze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima nonagésima primeira Sessão Ordinária do quadragésimo sétimo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Solicito ao Senhor Segundo Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) - Senhor Presidente, há quórum regimental.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão a Ata da sessão anterior.

Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Ivo Som**) – O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

- Ofício nº 010/14, de 25/03/14, do Deputado **Flamarion Portela**, justificando sua ausência às Sessões plenárias dos dias 25, 26 e 27 de março do corrente ano.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Procede à chamada.

O Senhor Deputado **George Melo** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputado, público presente a esta Sessão, em especial, os policiais militares que se fazem presentes em nossas galerias.

Quero deixar registrado nesta manhã a minha satisfação em fazer parte deste governo e hoje estar aqui na liderança, e dizer que nós estamos construindo uma atmosfera tranquila para que o próximo

Governador possa trabalhar em prol das pessoas que moram neste Estado.

Nós sabemos que isso não se faz só com o servidor público. Isso não se faz só com um segmento da sociedade, como alguns colocam. Setor produtivo, em relação ao qual, eu ouço muito isso aqui. Se o setor produtivo produzir e não tiver consumidor, mão de obra, o setor produtivo também não funciona.

Então, eu acho que o Estado tem que ser bem pensado, pois o setor produtivo é muito importante para o Estado. Hoje a gente anda pelas nossas rodovias e vemos uma grande quantidade de terras sendo mexidas. A gente vê uma infraestrutura e nós sabemos que temos hoje aqui no plenário um projeto de suma importância dos policiais militares. Esse projeto não vai impactar na folha do Estado. Esses servidores prestaram um grande serviço ao nosso Estado. Muitos já estão indo para casa, há uma promoção em vista para os que estão entrando. Então a gente sabe Deputado Joaquim, que é de fundamental importância que esses profissionais que tanto deram seu suor, são em sua totalidade, servidores federais. Então, eu não sei por que, esse projeto não é um projeto prioridade. Mas o projeto das terras tem que ser um projeto prioridade. Por quê? Porque nós temos a intenção com relação aos senhores policiais militares, dando-lhes melhores condições para que eles possam desempenhar seus trabalhos e uma segurança para aqueles que já estão indo para casa.

Com relação às terras, eu também quero fazer o meu registro. Trata-se de uma lei de fundamental importância para o nosso Estado, porque já tem o ADIN querendo parar essa que está aí. Se isso for conseguido, o nosso Estado vai ter um problema muito maior que se desembocará na mão do nosso próximo Governador. Sem falar que os que estão certos, parabéns. Se tiver alguma coisa errada, pode ser. Diz também essa lei. Essa Lei é clara.

Então, quero deixar esse registro e passo a palavra ao meu colega Joaquim Ruiz.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Deputado George é o líder do Governo, e o Deputado Brito é líder da oposição. Quero fazer um apelo aos dois líderes, que a Mesa cumpra o Regimento e nos informe a pauta. Não há quórum qualificado para colocar qualquer matéria em votação. Então, é importante que a Mesa volte a nos fornecer a pauta para que os parlamentares deixem de fazer as coisas em nível de gabinete ou de algum serviço que eles têm que fazer fora da Assembleia, para se programarem para as votações aqui na Casa. Hoje, por exemplo, pelo que Vossa Excelência está colocando, deverá constar na pauta assunto e eu não conheço. E acho que a maioria que está aqui presente, não está sabendo que deverá constar na pauta algum projeto relacionado à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros. E nós que não fazemos parte da Mesa, não temos a pauta em mãos. E aí como não há quórum qualificado, a imprensa vai dizer: “A Assembleia não votou projetos de importância para a sociedade roraimense porque Parlamentares faltaram”. Às vezes, o parlamentar por não receber a pauta, acha que não vai ter votação, então ele vai tratar de alguma audiência pública no interior. Ontem, fui ao Tribunal de Contas do Estado, e como não sabia qual era a pauta que estava para ser votada, resolvi participar da audiência pública no Tribunal de Contas. Mais tarde, eu tenho audiência, fora da Assembleia, da Comissão de Educação com a Procuradora que é a responsável pela educação aqui no Estado, em relação à Escola Severino Cavalcante, e não temos a pauta para votar até para justificar quando somos convocados para alguma audiência fora da Assembleia.

Era a solicitação que eu gostaria de colocar aqui, até para que esses fatos não aconteçam no momento em que entrar um processo político, pois a grande maioria tem sérios compromissos fora da Casa.

O Senhor Deputado **George Melo** continua. – Eu não tenho dúvida, Deputado Joaquim, que há articulação para que isso aconteça, vai ser feita. Eu não tenho dúvida que daqui, há pouco os colegas, mesmo os que tenham algo a fazer vão estar aqui, eu acho que a gente tem um compromisso maior com esta Casa, mesmo os que têm audiência pública em outro lugar ou tem algum compromisso informariam ao Presidente e, se isso ocorreu, eu tenho certeza que a Mesa vai dar uma resposta. Mas o fato é que eu quero deixar esse registro nesta manhã, dizendo que isso já foi entendido pela base. O líder do Governador tem consciência da importância desse projeto e, se Deus quiser, na manhã de hoje nós vamos votar o projeto dos militares. Bom dia a todos.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – A Mesa Registra a presença, nas galerias da Casa, do Comandante da PM, Coronel Prola. Seja sempre bem-vindo a esta casa, Coronel.

O Senhor Deputado **Ivo Som** – Bom dia, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, minhas senhoras e meus senhores, imprensa em geral, em especial, a plateia. Sejam todos bem-vindos.

Senhor Presidente, não vou me alongar, mas para que as coisas

fique claras. É notícia nos jornais mais uma vez. Ontem, quando falei, até pedi ao Deputado Sampaio, que me desculpe, pois quando fui falar Vossa Excelência não se encontrava no Plenário, mas deixei registrado em Ata. Tanto é verdade que está nos jornais a minha foto e de Vossa Excelência, contrapondo o que o Senhor havia dito ontem. E como não gosto e não é da minha índole falar pelas costas, eu relatei o que havia sido feito no governo de Anchieta. Contrapondo e lendo o jornal Roraima Hoje que colocou tudo na íntegra, sobre o que foi feito e o que não foi feito e quando o Deputado Sampaio questionou os empréstimos feitos pelo Governador do Estado, de que nada teria sido feito com esse dinheiro, nós provamos que Roraima tem os asfaltamentos nas estradas vicinais, viaturas no Corpo de Bombeiros, na PM, temos tantas coisas feitas neste Governo, que só não enxerga quem não quer e até já me disseram que eu iria responder na Comissão de Ética, porque eu teria dito ao meu amigo Soldado Sampaio que só não enxerga, cego. E quero repetir, que nada é contra discurso de oposição, que tem que fazer sua parte, mas temos que reconhecer. Entendo que este governo, à frente o Governador Anchieta, eu acho que nunca se viu tantas obras como ultimamente. Um Governador que asfalta vicinal, que colocou energia no Taiano, Boqueirão, Serra da Mata e muitas outras coisas. Agora mesmo cheguei atrasado porque estava no Hospital Cosme e Silva, juntamente com o Governador e vice-governador entregando ambulâncias para sociedade. Jamais aqui vou colocar um colega contra alguém, é plausível quando os Deputados, Brito e Sampaio, reveem os erros, e nós vamos a busca dos acertos. Ontem passei a tarde toda no palácio e depois na SEFAZ, justamente para pedir informações sobre o que foi gasto em 2013 e recolhidos em 2014.

Então, tudo isso é prova de um Governador como nunca se viu. As promoções da PM e dos Bombeiros acontecendo, as motos do giro da cidade, carros de bombeiros sendo entregues, ambulância sendo entregue. Agora, o que eu não posso dizer é que só tem problemas no governo. Tem problemas? Tem. Existem problemas? Existem. Mas sempre falei, compare o governo Anchieta com os demais governadores que passaram, vejam os empréstimos dos governos anteriores e vejam os empréstimos do governo atual. E quero até tirar uma dúvida aqui, pois nós ficamos de falar hoje sobre isso, tanto é que estamos inscritos. Em relação a isso, parabenizo o comandante da PM, comandante Prola. É que ontem ventilou aqui quando nós chegamos, de que nós teríamos ido ao Governador para não votar o projeto da PM, e eu não tenho dois pesos e nem duas medidas. Lá foi levantado o assunto de que teria chegado o projeto da PM aqui, mas ninguém teria lido, e realmente está na pauta, ele foi dado entrada ontem, e o Deputado Coronel Chagas com muita sabedoria usou a tribuna em cima de apoio do projeto da PM. Foi isso que foi feito ontem e nós apenas perguntamos, como Deputados da base do governo, o que seria esse projeto. Imediatamente o governador ligou para o comandante da PM, e não demorou muito o Coronel Prola chegou e explicou na íntegra como seria o projeto, e convenceu a todos nós imediatamente, até por entender que somos da base do governo e temos que votar os projetos do Executivo nesta Casa. Pelo que entendi, os soldados PM que ficaram por vinte e nove anos e seis meses de trabalho terão que se aposentar, vão ter que ir para casa. Os novos oficiais e novos soldados terão que assumir essas funções. Mais do que merecido, mais do que justo, não tem que se perpetuar no cargo, não. Temos que dar chances para os novatos que estão aí. Foi quando se levantou esta questão quando ficamos convencidos de que esse projeto não só beneficia a PM, como também a sociedade roraimense. Então, quero deixar registrado que em nenhum momento, não me lembro de nenhum Deputado que estivesse com o Governador que tenha sido contra esse projeto. O que se levantou foram dúvidas de como seria o projeto que foi explicado pelo próprio Comandante da PM, para mim, Deputado Ionilson, Deputada Aurelina, Deputado Jean, Deputado Naldo, Deputado Erci, Deputado Zé Reinaldo, Deputado Remídio, Deputada Ângela. No final da explicação concordamos imediatamente com o projeto. Então, quero dizer a vocês que o conteúdo desse projeto é mais do que merecido, pois, vocês são soldados e oficiais juntos com a Civil dão verdadeiramente suas vidas para salvar vidas. São vocês que merecem o reconhecimento desta Casa e de toda a população deste Estado. Então, sintam-se à vontade. Nunca vi um projeto da PM, da Civil, de Delegados ou dos Bombeiros chegar aqui para votarmos contra. Pelo contrário, tudo que é bom para o Estado, principalmente na segurança e na saúde temos que aplaudir. Portanto, Parabéns ao Comandante daquela corporação, em nome dos demais Deputados que estavam presentes à reunião ontem. Saibam que vocês são merecedores de tudo isso. Para finalizar, senhor Presidente, apesar de ainda não ter recebido em mãos a planilha com os valores centavos a centavos, que foram gastos pelo Governador Anchieta, mas meu sobrinho acabou de dizer que a SEFAZ só poderá passar a informação desses investimentos daqui algumas horas. Portanto, amanhã nós vamos

contrapor qualquer denúncia mentirosa e leviana que aparecer sobre o dinheiro ou os investimentos que o Governador Anchieta esteja fazendo. Vamos contrapor e dizer que este Governo tem feito muito, e isso com certeza está causando muita inveja a quem teve oportunidade de fazer, mas não o fez. Obrigado.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, a assistência belíssima que nos prestigia nesta manhã, funcionários da Casa, imprensa, meus amigos e minhas amigas. Não venho à tribuna com muita frequência, porque entendo que Deputado tanto pode demonstrar trabalho ocupando a tribuna ou trabalhando nos bastidores, nas comissões, na rua, enfim, exercendo a plenitude do mandato parlamentar. E queria começar dizendo que há poucos dias gravei para meu partido uma inserção que resume o momento que esta Casa está vivendo e, oxalá, a partir disso tiremos algumas conclusões. A inserção é de trinta segundos, portanto, é curta e nela digo que o orçamento do Estado de Roraima já não consegue prover os gastos públicos crescentes, pois, depende de mais de oitenta por cento de cotas do Fundo de Participação dos Estados. Para reverter essa situação, o PPS propõe a adoção de políticas públicas voltadas ao meio rural, visando alavancar o desenvolvimento com a geração de emprego e renda para melhorar a qualidade de vida da população roraimense. Nessa linha encerramos o exercício de 2013, concedendo, aprovando projetos governamentais, concedendo vários Planos de Cargos e Carreiras de funcionários, de servidores de algumas das pastas importantes deste Governo, mas não foi possível o cobertor curto atender a todos. Aí, estabelece-se certo desequilíbrio, vemos diuturnamente categorias reclamando. Então, acho que é o momento desta Casa assumir seu papel de apreciar, votar ou recusar os projetos que ora virão. Isso, visando não só uma linha equilibrada de coerência, mas, sobretudo dando respaldo ao Poder Executivo, ao Governador do Estado. Não é segredo para ninguém, que o Estado se encontra praticamente no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal e as consequências de quando esta lei é ultrapassada são bastante graves, são gravíssimas para o chefe do Poder Executivo. E se nós queremos ser parceiros do Poder Executivo, não podemos nos omitir diante dos aumentos que houve decorrentes dos projetos que votamos, pois, fomos nós que votamos, e não podemos querer atribuir a culpa, única e exclusivamente ao Governador do Estado. Pois a culpa é nossa também, é culpa desta Casa que tem como instituição, o poder de aprovar ou não determinado projeto se entender que ele é lesivo aos interesses do Estado e da sociedade. Conseqüentemente, o que quero não é dizer que não vamos votar esse ou outro projeto. O que acredito é que devemos apreciar e discutir exaustivamente e partir para se chegar a um entendimento e votar os projetos, mas não assim da forma que está se tornando regra nesta Casa.

Aparte concedido Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Deputado Erci, estou ouvindo atentamente suas colocações e sobre esses problemas de projetos e a forma que estão sendo conduzidos aqui nesta Casa, temos um exemplo claro, que é o projeto dos chips do DETRAN. Na Comissão fui contra, eu e o Deputado Gabriel criamos uma polêmica, pedimos que fosse aberta uma negociação mais ampla lá atrás, ainda em 2012, para que a gente pudesse ter uma noção de como estariam acontecendo as coisas nos outros Estados, fomos voto vencido e depois a Casa cria um Decreto Legislativo para reverter um erro que foi nosso, da Casa. Portanto, quero parabenizar Vossa Excelência por seu discurso, suas colocações em relação à situação econômica do Estado, em relação à situação da nossa Casa. Hoje, temos projetos importantes para votar, de acordo com a Mesa Diretora. Nós Parlamentares não temos a pauta, portanto, não sabemos o que vai ser votado. Então, Vossa Excelência está de parabéns quando traz ao lume esses problemas, pois, temos que ter coragem para mudar a situação que está ocorrendo na Assembleia Legislativa. Obrigado.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** continua – Obrigado Deputado Joaquim, pelo seu aparte. Aliás, bastante elucidativo no que quero colocar. Então, minha proposta e meu pensamento enquanto membro desta Casa é que internamente devemos discutir mais entre os Deputados. É preciso que se diga em alto e bom som, que aqui dentro não existe super Deputados, pois após receberem seus diplomas, cada um é igual a qualquer outro. Então, o que deve predominar é o entendimento, e possamos por uma fase que mais parecemos a uma torre de babel ou então uma orquestra desafinada. Esse é o apelo que quero deixar, mas peço vênha à Mesa para dizer que não queremos deixar de apreciar, votar, estudar e dar solução devida a quaisquer projetos que estão em pauta ou que venham a entrar. Mas vamos atender o apelo da sociedade, pois somos pagos e bem pagos para trabalhar não só terças, quartas e quintas-feiras pela manhã. Somos pagos para trabalhar vinte e quatro horas por dia pelo Estado. Vamos levar o tempo que tivermos que levar, mas vamos apreciar nas comissões, nessas comissões que se reúnem de improviso só dá o

resultado, como mostrou o Deputado Joaquim, de votarmos projetos que depois nós mesmos teremos que reconhecer que estava tudo errado. E isso trouxe um prejuízo incalculável à sociedade. Então, eram essas as colocações que queria deixar. Não vai aqui nenhuma colocação, como se eu quisesse me insurgir contra projetos governamentais a qualquer hora, mas o que esta Casa precisa é buscar uma forma mais objetiva para apreciar esses projetos e que não seja dessa forma, onde não temos tempo sequer para conhecer o teor do projeto. É preciso dizer que um dos projetos que estão em pauta, hoje, é um desses que a gente ainda não teve chance para discutir, mas não recebi até este momento e pergunto aos demais colegas se receberam uma cópia do projeto. Tivemos ontem, sim, e que adiantou muito no sentido de conhecermos o teor do projeto, devido à explanação feita pelo Coronel Prola, a pedido do Governador, cuja presença está abrilhantando esta assistência e que nos honra. Então, minha gente, até por ser o decano desta Casa, é a mensagem que gostaria de deixar. Vamos deixar a vaidade de lado, vamos dialogar, pois, esse é o papel do parlamentar. Vamos chegar a um consenso e votar as matérias que devem ser votadas no momento certo e oportuno. Obrigado.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Senhor Presidente, demais colegas, imprensa, funcionários desta Casa, membros da Polícia Militar, parabéns pelo trabalho que vêm fazendo apesar das imensas dificuldades que o Estado vem passando. Mas, queria me juntar ao discurso do Dr. Erci, não vamos só aprovar projetos, vamos saber se essas companhias, Coronel Prola, vão ter estruturas no interior do Estado, porque muitas delas como as de São Luis, Baliza, Caroebe, como lá no Trairão, onde alguns militares estão tirando do próprio bolso para manter as viaturas e em algumas vezes até tenho participado com gasolina ou com uma peça quando eles têm dificuldades. Mas, acredito, que antes de criar, apesar de não ser contra as companhias, muito pelo contrário, sou completamente a favor de qualquer coisa que possa melhorar o atendimento à população, mas acredito que primeiro deve vir uma estrutura para que esses homens possam trabalhar. Bem, a minha contribuição para com a polícia militar é essa. Gostaria de me referir agora, Presidente Chagas, a um requerimento que foi feito em setembro do ano passado ao então Secretário de Agricultura para que ele prestasse alguns esclarecimentos, como foi feito pela Comissão de Agricultura, mas ele não atendeu. Aí, dia nove de janeiro, aprovamos um requerimento no Plenário da Assembleia Legislativa para que ele prestasse esclarecimento, e como digo sempre este Poder está sempre sendo desprestigiado por alguns secretários de estado. E hoje, estou trazendo aqui ao Plenário da Assembleia Legislativa um requerimento de convocação, em relação ao qual eu gostaria Coronel Chagas, que Vossa Excelência como Presidente deste Poder neste momento determinasse imediatamente que na terça-feira o secretário venha prestar esclarecimentos aqui, porque ele está com os dias contados para deixar o cargo, para concorrer a outros pleitos nas próximas eleições, além do que, de setembro para cá já se passaram seis meses sem que ele atendesse ao requerimento deste Poder, sendo que o requerimento não foi do Deputado Gabriel Picanço, mas do Presidente e dos membros da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa. Então, como ele não atendeu, pedimos encarecidamente que Vossa Excelência determine que ele compareça terça-feira, sem falta para prestar esses esclarecimentos. Se ele estiver doente mandaremos buscar um médico para atendê-lo e ampará-lo na hora em que ele estiver prestando os esclarecimentos. Gostaria também de me posicionar, apesar de não ter nada contra o Governador José de Anchieta nem contra as suas benfeitorias, mas sou contra as propagandas que ele vem fazendo, pois moro neste Estado há mais de trinta anos e conheço este Estado como nenhum Deputado conhece, vicinal por vicinal, colono por colono. Agora, ele vir dizer que foram construídos vinte e seis mil metros de ponte, Deputado Chagas, é muita pontinha neste Estado. Sendo que lá em São Luis do Anauá tem duas vicinais interditadas por falta de pontes. E a vicinal vinte vai ser interditada nas primeiras chuvas que ocorrem. As empresas que estão fazendo os tapa-buracos estão cobrindo as pontes de madeira com barro, a polícia militar que trabalhar no interior vai ter muito problema e muita dificuldade para trafegar nas vicinais, vai ter que levar um quadriciclo para passar por dentro d'água porque as pontes vão estar interditadas. Então, essas coisas são inaceitáveis. Vinte e seis mil metros de pontes é a distância como daqui à sede do Cantá, em uma ponte só. E este Estado todo não tem essa quantidade de pontes. Outra coisa que me chamou atenção no pronunciamento do nobre Deputado George Melo, quando disse que o Estado de Roraima foi um dos agraciados pelo MEC como sendo um dos melhores em educação do País. Eu gostaria de conhecer esses avaliadores do MEC. Acho que eles estão vindo com vendas nos olhos e tapumes nos ouvidos. No Caroebe tem uma escola do Estado, onde os alunos, no tempo do inverno, só frequentam as aulas quatro vezes por semana, como lá no São Luis também tem vicinal onde

os alunos só freqüentam a aula quatro ou cinco meses por ano, dois meses não vão por causa do inverno, e o MEC vem dar avaliação de excelência. A prova disso são os concursos públicos feitos neste Estado, onde os aprovados são quase noventa por cento de pessoas que vem de fora, assim é na Polícia Civil, no Ministério Público, na Medicina e em todos os órgãos, porque eles têm melhor escolaridade, melhor aproveitamento, melhores professores com escolas tendo melhor estrutura para dar aula. Os professores do Estado têm qualidade e capacidade para dar aulas, mas as escolas não oferecem estrutura. Desafio qualquer colega para sortearmos escola do Estado, qualquer uma, para fazermos o sorteio de uma delas e irmos lá, se elas estiverem em perfeitas condições, retiro tudo o que disse, mas elas não estão, infelizmente. Por isso não podemos fazer discursos para enganar o povo de Boa Vista. Roraima está em decadência na agricultura, na educação, Roraima está precisando de União, que os Governos Federal, Estadual e Municipal se unam, não disputando um querendo ser mais bonito e melhor que o outro, não. Nós, da oposição, não fazemos críticas destrutivas não, fazemos críticas construtivas que são aquelas onde os olhos do governo não vêem, e nós estamos aqui para apontar e dizer que precisa ir lá ou mandar seus assessores irem lá para corrigir. Não vou longe, não, na secretaria de obras no ano passado, o então secretário Cacá nos informou que estavam liberando faturas por fotografias. É ilegal e imoral isso. A BR-174 da Vila Petrolina do Norte até próximo da Colina, as empresas abandonaram as obras, os buracos estão surgindo, as máquinas foram embora, as placas estão caindo e ninguém faz nada. Encaminhei semana passada, um pedido ao Ministério Público Federal, porque a verba é do Governo Federal, para nos informar por que aquelas obras estão paradas vai dar problemas. Essa obra da BR 174 vai dar problemas porque o dinheiro foi gasto, as placas das obras sumiram, e de Petrolina até Nova Colina não tem nenhum serviço sendo executado, recapearam, por cima, uns dois centímetros paliativamente para tapar os buracos, e as empresas foram embora, não fizeram o alargamento, nem terminaram a obra. Então essa é a atual situação do nosso Estado. Como nosso tempo é curto, quero agradecer a todos os presentes e dizer aos policiais militares que nós vamos aprovar os seus pleitos, mas quero pedir ao Coronel Prola nessa transição que aloque recursos para que não só criem as companhias, mas, para que elas também possam cumprir seu papel em favor à sociedade, com viatura e estrutura. Lá em São Luis do Anauá, Vossa Excelência sabe, há mais de dois anos e meio está sendo reformado o quartel da polícia militar e parece que está sendo reformado a passos de tartaruga porque não sai de lugar. A polícia está alojada em uma quitinete que não cabe ninguém, não tem a mínima estrutura para funcionar. Obrigado e Bom dia a todos.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados meu cordial bom dia, em especial, aos meus colegas de farda aqui presentes, em nome dos alunos soldados sejam bem-vindos nesta Casa, como também ao Comandante da Polícia Militar e alunos Sargentos aqui presentes, dentre eles o Mesquita e o Luciano. Quero de antemão tranquilizar a Polícia Militar, os oficiais e praças, no tocante aos dois Projetos de Lei, há consenso entre a oposição e a situação para votarmos isso na Sessão de hoje, era para ter sido votado na Sessão de ontem, mas por haver outro Projeto polêmico, o das leis da terra, não houve quorum suficiente, eu já conversei com a base da oposição, inclusive com o Deputado Chagas que é o Relator, e já fizemos umas pequenas emendas que venham a atender a corporação como um todo. Entendo que será de consenso a votação desse Projeto que estrutura melhor ainda a polícia militar, tanto na capital quanto no interior, como também abre vagas e promoções devidas aos policiais do ex-Território, conseqüentemente, abrindo vagas para os policiais do Estado que estão

sendo reconhecidos no último ano de comando do então Comandante Coronel Prola. Portanto, eu quero garantir que da parte da oposição há boa vontade e entendimento para votarmos na Sessão de hoje.

Mas, na mesma linha, não sei se os Deputados George e Ivo se encontram, eu gostaria de falar na presença deles. Ontem eu fiz um desafio para se fazer uma avaliação do Governo Anchieta nos últimos 7 anos de Governo. No meu ponto de vista, estamos trazendo informações, documentos, mostrando que foi de mal a pior. É o meu entendimento, fizemos essa discussão para a saúde, educação para a agricultura familiar e procuramos demonstrar nesta Casa.

Hoje, eu quero me focar na agricultura familiar do Estado. Quem não se lembra das promessas de campanha do Governador Anchieta, que prometeu nos quatro cantos do Estado desenvolveu o fortalecimento da agricultura familiar, ampliando o projeto Destoca e com fornecimento de calcário, semente e apoio técnico do PROCUSTEIO. Como nós avaliamos a agricultura familiar no Estado? Falida, as vicinais estão abandonadas, é uma ou outra, a maioria está vindo para a periferia da capital a procura de emprego, por que não tem apoio técnico e nem estradas, quando tem uma estrada raspada, não tem ponte, e até os caminhões de feira do ex-Governador Ottomar sumiram, deixaram de dar apoio à agricultura familiar. O resultado é concreto: hoje nós estamos importando farinha, frango, feijão e demais alimentos considerados básicos de Rondônia e Mato Grosso. Roraima mesmo com a vocação agrícola e sendo competente para produzir o nosso alimento, devido à falta de apoio do governo se torna impossível. E o que o Governo está fazendo, Deputados Ivo e George? Este ano distribuiu calcário de péssima qualidade e fora de época, compactado como calcário da Venezuela onde é bem mais em conta e é 3 vezes melhor a qualidade do que o calcário comprado pelo Governo, que veio do Sul do país, simplesmente a licitação foi direcionada para atender um apadrinhado do Governo, o calcário não chegou na ponta da lança... E quando chegou foi fora de época; com a semente não foi diferente, nem para cozinhar servia! Muitos colonos receberam sementes sem terem solicitado, sem a devida organização e quando chegava a semente nem para cozinhar servia. Eu tenho algumas sementes em casa e posso trazer!

Eu pergunto: cadê o PROCUSTEIO, que foi carro-chefe da campanha do Governo Anchieta, que iria elevar para mil e quinhentos reais? Não pagou o primeiro ano, não pagou o segundo, e está encerrando o mandato sem pagar. Aí o Governador vem com uma propaganda da distribuição de kit ferramenta para os colonos. Eu ia trazer um desses, mas o colono que iria me emprestar chegou atrasado e não peguei. Mas eu sei o que faz parte desse kit. Tem uma picareta, uma foice, um machado, uma plantadeira e um facão. Esse é o apoio que os colonos estão recebendo por parte do Governo do Estado. Eu fiz questão de ir ao mercado para fazer um orçamento: enxada, quatorze reais, a ferramenta bem mais cara que foi dada, foi um carro de mão feito de flandres, que quando se coloca uma pedra dentro amassa. Somando todos os bens dá trezentos e sessenta e dois reais pelos 4 anos, enquanto o acordado foi de seis mil reais, que é uma miséria, mas mesmo assim o Governador não cumpriu. Os técnicos que davam apoio à agricultura familiar sumiram. As estradas não funcionam, as pontes são de péssima qualidade, esta é a verdadeira situação da agricultura familiar. E o resultado é o que está ocorrendo, estamos importando o básico do básico. Projetos de relevância como o do Deputado Brito que foi colocado, o Governador vetou, que era regionalizar a merenda escolar e fortalecer a agricultura familiar. Nós estamos na contramão do avanço, no Sul do País a agricultura está fortalecida, porque o agricultor está tendo acesso a crédito, e aqui, em virtude da lei fundiária e grilagem de terras, nem acesso aos bancos o

O Poder **Legislativo**
no enfrentamento à violência doméstica

CHAME
CENTRO HUMANITÁRIO DE APOIO À MULHER
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER/ALE-RR
(95) 3623 2103 - chame@al.rr.gov.br

8 mil
atendimentos

Basta de violência contra a mulher!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
A Força do Povo

pequeno produtor tem porque o Governo não fez o dever de casa. Eu quero dizer que nós não vamos votar essa lei de terras a toque de caixa, a oposição não aceita. Mão é porque o Governador está saindo e quer colocar para debaixo do tapete os desmandos e as grilagens de terras que houve, coordenados por ele e pelo Márcio Junqueira, que esta Casa vai engolir. Nós não aceitamos, a oposição vai às últimas consequências. Ontem, o Deputado Xingú bateu nesta tribuna, dizendo que nós iríamos aprovar a Lei de Terras a toque de caixa, porque a oposição aqui não tem vez nem voz, não aprovará. Temos um requerimento de audiência pública e queremos ouvir a agricultura familiar, o agronegócio, o setor jurídico do Estado, a PROGE, as associações dos advogados públicos, pois, esta é uma lei importante, de grande relevância do Estado e, portanto, não podemos aceitar a pressão do governo em aprovar esta lei a toque de caixa. Já circula nas redes sociais que Deputados A e B receberam milhões e milhões de reais em faturas com a missão de aprovar a lei de terras. Obrigado.

Aparte concedido ao Deputado **Ivo Som** – Obrigado, Deputado Sampaio, mas acredito que Vossa Excelência se pegou a algum documento errado, pois tenho um em mãos e posso lhe dar uma cópia do original, com o telefone de duas pessoas que fizeram todo o cronograma do calcário no Estado de Roraima, o pregão eletrônico foi aberto em nível nacional, quem ganhou foi uma empresa chamada STAFF do Mato Grosso do Sul, ela tem todo o cronograma, constando todas as pessoas que receberam o NPK e a uréia, foi nomeada uma comissão mostrando que não foi apadrinhamento, desmentindo o que Vossa Excelência disse. Duas empresas daqui entraram na justiça para desclassificar a empresa vencedora com o menor preço, havia uma previsão de gastos para três milhões e setecentos mil reais em 2012; a de 2013 foi de um milhão, novecentos e noventa e dois mil, novecentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos. Até hoje, segundo o senhor Elton e o dono da empresa, senhor Marcos Uchoa, todo o planejamento, da empresa que ganhasse, seria responsável em Roraima pelo armazenamento até a entrega final ao produtor. Posso lhe dar uma cópia, mas o que sei é que se houve erro não foi aqui de Roraima. Inclusive, essa mesma empresa, com a qual hoje, entrei em contato, informou que ainda falta receber cinquenta por cento dos vencimentos, conforme acordo fechado entre o TCE, o Governo do Estado e o Ministério Público. Então, não acredito que exista um Governo mais transparente do que este que está aí. Obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua – Gostaria de ser tão otimista como Vossa Excelência, quando faz uma avaliação do atual governo. Deputado Ivo, tenho conversado com a FETAI e com o sindicato, a realidade é outra. Há sim apadrinhamento dentro do Governo, em todas as licitações, é praxe neste Governo. O calcário não chegou na ponta da lança, inclusive tem requerimento meu, assinado neste Plenário pedindo ao secretário de agricultura que indique quem recebeu o calcário, citando CPF, nome, vicinal, localização por GPS, e o secretário de agricultura nunca veio aqui nem sequer atende a convocação desta Casa. Essa é a realidade do nosso Estado, um abandono total da agricultura familiar, um abandono do Estado. Reafirmo, mais uma vez, não aceitaremos votar a lei de terras sem a devida discussão e olha que a oposição quer aprovar, somos responsáveis e coerentes, entendemos a relevância da lei de terras. Agora, da forma que está sendo colocada não aceitamos e vamos até as últimas consequências, inclusive mover ação na justiça para tentar barrar a votação se não houver a devida discussão. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Quero esclarecer ao Deputado Gabriel Picanço que seu Requerimento vai ser discutido na Ordem do Dia. Passamos para o próximo orador Deputado **Brito Bezerra**.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, colaboradores da Casa, quero saudar todos os policiais militares que aqui se encontram, é motivo de alegria tê-los na Casa do povo. E complemento dizendo que a instituição Polícia Militar e todos, vocês que aqui estão, têm o nosso respeito e a nossa gratidão. Senhor Presidente, o que me traz à tribuna é a Emenda Constitucional nº 03/14 que está em pauta. Há poucos dias, nós enfrentamos críticas nas redes sociais quando, no apagar das luzes de 2012, nós aprovamos uma lei que instituiu uma taxa sobre a frota veicular do nosso Estado para implantação e um chip no valor de R\$ 96,00. Por entendermos que essa lei não foi discutida aqui, nós apreciamos sem debater com a sociedade, enfim esta Casa Legislativa voltou atrás, fizemos um Decreto Legislativo e suspendemos o contrato, e a sociedade hoje não paga essa taxa. É por isso, que quero trazer à tona a questão é pedir para Vossas Excelências para debatermos com mais clareza, também que seja retirada da Ordem do Dia de hoje, um requerimento em pauta para que se retire a Emenda à Constituição Estadual nº 03/14 que diz: Altera o artigo 61B da Constituição do Estado de Roraima. Nos quatro anos posteriores ao término do exercício do mandato o Governador terá

também direito a segurança policial militar ou civil a sua escolha com efetivo máximo de seis homens. Senhoras e senhores, nós já temos uma lei que concede o privilégio para os ex-Governadores são dois policiais militares e civis ficando a critério do Governador. E essa não estou contestando até porque quando foi aprovada eu não fazia parte desta Casa, estou contestando a Emenda à Constituição nº 03/14 que está na pauta, e estou com um requerimento aqui na minha mesa pedindo a sua retirada e vamos submeter ao Plenário. Senhor Presidente, eu pesquisei que o Governador do Estado após o término do mandato autorizado por esta Casa, por Emenda Constitucional, tem direito a receber 70% do vencimento do Governador em exercício. Veja bem, o que diz o artigo 61 A – cessada a investidura no cargo do Governador do Estado quem o tiver exercido em caráter permanente fará jus a título de representação a um subsídio mensal vitalício equivalente de 70% do pago ao titular percebido em espécie. Então, senhoras e senhores, o Senhor Governador José de Anchieta Junior quando sair do Governo terá direito a 70% dos vencimentos do próximo governador que assumir o governo, ou seja, um salário de 24 mil reais. E dá para pagar segurança particular, porque de direito ele já terá dois seguranças à sua disposição e poderá pagar quantos mais achar necessário. Por que estou falando aqui? Porque no Mato Grosso, o Senhor Governador Blairo Maggi também tentou essa peripécia e não conseguiu, a lei previa que uma equipe de seis servidores ficaria responsável pela segurança do Ex-chefe do Poder Executivo, uma lei estadual prevê um período igual e ao do mandato cotado da data da posse até a saída, por mais quatro anos, o Ministério público através de ação popular entrou na causa e a lei foi decretada inconstitucional, isso no Mato Grosso, em Rondônia, foi do mesmo jeito; justiça invalida e condena ex-governadores a pagar gastos com seguranças, aprovaram a lei, fizeram uso de segurança pública, policiais civis e militares e foram obrigados pela justiça a devolver os valores que esses policiais recebem do erário público, porque é inconstitucional, e nenhuma lei prevê, portanto não se podem ter policiais à disposição do ex-governador, porque ele se torna um cidadão comum. Aqui já têm dois, não estou contestando, o governador que elevar para seis, peço que Vossas Excelências tomem essa providência e retire de pauta esta Emenda Constitucional, e seja debatida com a sociedade ou todos sejam ouvidos, já que não temos segurança hoje em nosso Estado, não podemos conceder seis policiais para um cidadão comum. O Senhor Presidente da República, quando sai do mandato diz o artigo 1º da Lei 7.474/86 o Presidente da República terminado o seu mandato tem direito a utilizar a seu serviço 04 servidores para segurança de apoio pessoal, escolhido ao seu critério militar, civil, enquanto o nosso governador quer seis. Senhoras e Senhores Deputados, tendo em vista que Vossas Excelências não estavam a par desses outros governadores Blairo Maggi, Mato Grosso; Ivo Cassol, em Rondônia, atentaram contra Constituição e tentaram que essa Lei fosse efetivada em seu Estado e tiveram a inconstitucionalidade decretada. Não podemos discutir e debater na Assembleia Legislativa sem clima político, nem aprovar uma emenda inconstitucional concedendo seis policiais para um cidadão comum que é um governador quando sai do cargo.

Quero aqui também, aí chamo a responsabilidade de todos os Deputados desta Casa, e dizer que isso é gravíssimo, e gostaria que a imprensa registrasse que esta Emenda Inconstitucional do dia 18 deste mês entrou em pauta nesta Casa, estava em votação, foi aberto o painel pela Senhora Presidente, já tinha entre 08 e 10 votos recebido de Deputados, e um Deputado pediu a retirada de uma Emenda Inconstitucional em votação, e a Presidente concedeu. Eu retruquei na hora e me disseram que não estava em votação, mas em discussão. Então, eu pedi a gravação para não haver sombra de dúvida, tenho a gravação no computador, já mostrei para alguns colegas parlamentares. Está aqui a Presidente abrindo o painel e mandando votar. Quem já viu na história do parlamento brasileiro uma lei em votação ser retirada de pauta, se retira de pauta antes da votação, até na hora da discussão o Regimento Interno ampara, quando entra em votação, não! Portanto tenho um Requerimento assinado por vários Deputados, quero que essa Emenda Inconstitucional seja retirada de pauta, porque perdeu o objeto de apreciação, Senhor Presidente, ela já foi apreciada pela Casa e a Casa cometeu um erro tremendo retirando de pauta uma lei em votação, porque se isso for concebido por esta Casa, destitui um parlamento.

Senhor Presidente, os Deputados querem um aparte, se o Senhor conceder.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Vou conceder 30 segundos para cada um.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ivo Som** – Senhor Presidente, Deputado Brito, na questão do primeiro ponto sobre a remuneração do Ex-Governador, não é só para o Governador Anchieta, inclusive há uma Resolução nº426/2007 do Ottomar de Souza Pinto

quando ela beneficia os ex-governadores, inclusive o ex-governador Neudo Campos Presidente do seu Partido, se ele abrir mão do benefício teremos que rever a Lei. Quanto à questão dos seguranças, ontem foi dito aqui desta Tribuna e está gravado, já solicitei a fita sobre o pronunciamento do Deputado Xingú que disse que tem Deputados com sete seguranças. Como Deputado pode ter sete seguranças, ex-Deputado tem dois, três seguranças? Um governador do Estado que, às vezes, por tomar decisões para o Estado fica vulnerável, a sociedade não pode ter segurança, se for quatro, seis ou cinco tudo bem, aí está dizendo que foi vetada a lei. Entendo que o ex-governador merece ter segurança, temos que saber quem é esse Deputado que tem sete seguranças e ex-Deputado que tem de três a quatro. Precisamos saber o nome, porque não podemos ter aqui dois pesos e uma medida. Vou aprovar a lei porque o Governador merece sim ter sua vida e a da sua família protegidas.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua. Obrigado Deputado. Só quero dizer para Vossa Excelência que um erro não justifica outro, se tem Deputado com seis seguranças está errado, a Casa deve requerer e devolver para Polícia Militar para fazer a segurança na rua.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Deputado Brito, só para acrescentar a minha ideia ao seu discurso. Sou contra, o governador não pode ter feito muita maldade neste Estado para estar amparado por seguranças, qualquer cidadão que exerce cargo público, que faz o bem, ele não precisa de segurança. Quero me referir ao painel de segurança, temos que acabar aqui na Assembleia Legislativa de ter Deputados com dois ou três mandatos quer gritar, mandar, porque se a Mesa Diretora não tomar a posição vai ter confusão aqui dentro. Estamos avisando. Do jeito que apagaram o painel, foi dito ontem pelo Deputado Jalser que quem obstruísse a votação iriam descontar do seu salário. Eu pedi a ele que descontasse desde o dia primeiro de janeiro de 2011 que ele faz isso, é campeão de fazer isso, eu não aceito que o painel seja violado covardemente na votação da PEC.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Zé Reinaldo**. Obrigado Deputado Brito pelo aparte concedido. Cumprimento a todos que se encontram em nossa plateia, em especial, os militares. Fico preocupado quando vejo essa discussão Deputado Brito, e faço uma avaliação de juízo, de legalidade, e quando a gente olha o símbolo da justiça vê a venda nos olhos da Deusa, vê a balança com seu fiel para dar o equilíbrio. Fico imaginando esses militares que estão aqui ouvindo essas discussões, o que se passa na cabeça desses homens e mulheres, de como pode ter tal procedimento nessa condição que se discute nessa Casa. Quando eles estão começando uma carreira ou concluindo, buscando exercer o seu trabalho, que motivação o militar pode ter, sabendo o que se diz aqui em Plenário não pode ser apenas dito? Não é porque o Deputado tem a imunidade parlamentar, ele também tem o limite dentro dessa imunidade, tem espaço que ele tem prevalência, passou desse espaço ela se torna ilegal, e não pode dar infieis informações a quem nos assiste, o que se fala, o que é dito tem que ser verdade. E se for verdade entro no mérito da discussão. Temos que fazer uma avaliação dentro desta Casa, se ela autorizou a um Deputado, vou falar uma coisa, não ando com secretária, não ando com segurança, tenho 34 anos de Roraima, não é que não precise, pois todo cidadão tem que ter sua segurança. É abusivo quando pessoas querem fazer uma vida de trabalho, e são tiradas de seu eixo, do seu foco profissional para colocar à disposição de alguém. Agora, o que não pode é autorizar essa condição que está sendo discutida hoje, desfaz as que já foram autorizadas para outros que estão se beneficiando para evitar que a balança penda mais para um lado do que para o outro. Obrigado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua. Obrigado Deputado, pelo aparte, peço que seja incluso em meu pronunciamento os apartes valiosos. Refiro-me, Deputado, ao que se passa pela cabeça desses policiais e demais cidadãos que aqui estão, façam um juízo de valor do que é debatido dentro desta Casa, a vergonha é nossa ao aprovarmos leis sem debater, mas o que estou pedindo é que o debate seja levado à exaustão para não incorrer no erro da Lei nº 883 do Chip, quando tivemos que voltar atrás. Então, com esse sentimento venho dizer que a sociedade precisa muito mais de segurança do que o cidadão comum Governador do Estado quando sair do poder. Não acredito que tenha feito tanto mal ao povo desse Estado para precisar andar com seis seguranças. Obrigado.

O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, bom dia a todos.

Uso esta Tribuna para fazer um apelo aos nobres colegas, aos que estão nos gabinetes, sala vip... Apelo em nome de todo povo de Roraima, principalmente dos pequenos agricultores que provavelmente terão o seu direito a terra e à sua produção usurpada, se nós continuarmos querendo aprovar uma Lei que deu entrada nesta Casa lida na Sessão do dia 20 de fevereiro de 2014. Porque o assunto mais complexo sobre o agronegócio que talvez seja a única saída para nosso Estado, acrescido o pequeno

agricultor, toda base do governo, que é a propaganda do governo que só fala em escoar produção. Essa grande justificativa para asfaltamento de vicinal, talvez usurpar o direito não só do pequeno agricultor, dos grandes como ex-Deputado Laia que teve suas terras invadidas recentemente. Perdoem-me o termo “maracutaia” que existe dentro do ITERAIMA enquanto nós os representantes do povo aprovar uma lei nas coxas. Peço vênua ao Relator desse Projeto da PEC das Terras, Deputado Ionilson Sampaio, nesta oportunidade para parabenizar Vossa Excelência pela seriedade que está conduzindo, porque não é Vossa Excelência que quer aprovar “nas coxas”, é a pressão que está grande em cima de Vossa Excelência para que isso seja feito, e Vossa Excelência não está compactuando com isso. Então o apelo é dizer a essa mesma PEC que temos operadores do direito hoje presente aqui, porque algumas pessoas que entraram agora na PM que estão me vendo e eu sei que continuam estudando para passar em outros concursos têm noção básica de direito, exemplo, o Deputado Chagas, meu colega, que também não compactua com isso, e estamos usurpando não só o direito das minorias, mas o direito da competência da União. Essa PEC está legislando sobre política agrária, sobre a lei de licitação, é competência da União, essa PEC no seu artigo 101, alínea b diz “que a Procuradoria do Estado é uma instituição que representa o ITERAIMA, FEMARH. Essas instituições, Deputado Chagas, têm procuradoria jurídica própria, e nós vamos aprovar sim, o apelo que faço é que isso tem que ser discutido muito, porque outros projetos que entram nesta Casa, Deputado Brito, não foram aprovados com todo esse desejo, é para beneficiar e encobrir a grande maracutaia que existe dentro do ITERAIMA. Então faço um apelo aos nobres colegas para não deixarmos acontecer outra vez. Isso não é discurso para esses que estão aqui, há gente que não sabe o que está acontecendo no interior do estado e que vai ser prejudicado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Deputado Marcelo, obrigado pelo aparte concedido. Quero parabenizar pela fala e dizer que Vossa Excelência desde o começo do mandato registrou sua preocupação com as terras do Estado de Roraima, que entende que o único viés em curto prazo para desenvolvimento de Roraima, não dá para falar de parque industrial. Nós temos uma zona franca com todas as isenções de impostos, uma Venezuela com tudo que é derivado de petróleo a custo praticamente zero e mercado aberto da Guiana que recebe produto do mundo todo, e Roraima aqui no centro. A gente tenta fortalecer um parque industrial, mas é um sonho em longo prazo. O nosso caminho em curto prazo é a agricultura, agronegócio, incentivando a produção de peixe, banana, melancia, acima de tudo agregando valores a esses produtos. Em Roraima, não temos uma fábrica para exportar fruta do açaizeiro, cupuaçu que tenha um selo para vender nesses supermercados ou colocar numa caixa de isopor e colocar um plástico por cima e exportar para o Caribe ou Manaus. A única alternativa que temos é a agricultura familiar e a situação passa por questões de terras, hoje não avança porque não podemos ter acesso a financiamento por falta de segurança jurídica nas terras de Roraima. Essa lei de terras precisa ser discutida, inclusive tem um requerimento de minha autoria, pedindo uma audiência pública para ouvirmos o agronegócio, ouvir a agricultura familiar ouvir todo segmento da sociedade que tem interesse nessa lei. A Comissão parece que está fazendo ouvido de mercador, e não quer discutir, e sim fazer as coisas acelerarem, pois é a vontade do Governador votar esta lei antes que ele repasse o Governo. E no artigo 90 da lei diz “que todas as autorizações de títulos emitidos em 2009 para cá serão anulados, com exceção aqueles abaixo de 4 módulos fiscais, quatrocentos hectares, ou seja, qual é a intenção? Colocar para debaixo do tapete as mazelas ocorridas na gestão do Márcio Junqueira e de outros, qual a intenção desse artigo? E outras pegadinhas, o que nós queremos é aprovar. Conhecemos a importância dessa lei, é a única alternativa viável para Roraima, porém aprovar com responsabilidade e não satisfazer o ego do Governador para dar-lhe uma couraça para não ser penalizado e ser investigado pelas irregularidades cometidas à frente do ITERAIMA, obrigado!

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – quero tecer alguns comentários em cima do pronunciamento de Vossa Excelência. Primeiramente nós deveremos nos reunir hoje, inclusive Vossa Excelência faz parte dessa Comissão, para começarmos definitivamente a analisar essas emendas e o Projeto de Lei 009 que, se por ventura vier a ser aprovado com certeza vai ser emendado, vai ser amplamente discutido em Comissão no Plenário desta Casa, para que possamos estar dando à sociedade roraimense a lei que espera, inclusive corrigindo os vícios que têm na lei 738, e que está sendo questionada pelo Ministério Público Federal. Hoje, essa ação está no Supremo Tribunal Federal por inconstitucionalidade. E é muito simples de se fazer essa correção, a própria ADIM, Ação Direta de inconstitucionalidade é como se fosse um manual de instrução, porque lá está apontando o que está errado na 738, basta apenas nós fazermos essas correções e não repetirmos os erros que

por ventura existirem leis que tramitam nesta Casa. Aí sim, a Assembleia Legislativa estará com a maior responsabilidade possível entregando uma legislação que dará segurança política àqueles posseiros de boa-fé, Aqueles que estão em seus lotes, em suas propriedades rurais para terem tranquilidade e paz que há muito tempo foram perdidas. Os documentos que possuem hoje não lhes dão essa segurança política, os documentos que eles possuem hoje estão sub judice porque estão sendo questionados que, a meu ver, legitimamente pelo Ministério Público Federal. Obrigado!

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Quero fazer um pedido ao nobre Deputado Chagas que ora preside a Sessão para que possamos cobrar do Estado a vinda a esta Casa, do zoneamento econômico ecológico, que é de suma importância para delimitar essa quantidade de terras que a gente tem, a gente não sabe o que tem. Eu quero que Vossa Excelência faça esse pedido ao Governador do Estado para que determine essa vinda para esta Casa para termos um embasamento de quanto nós temos de terras para produzir. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** continua- Eu fiz um apelo, publicamente, tentando um compromisso, se a Lei das Terras não respeitar o devido processo legislativo que é a ampla discussão dos direitos das minorias, o STF já tem entendimento e diz que é possível de um mandato de segurança. E eu me comprometo publicamente que, se essa lei for aprovada da maneira que alguns querem, eu deixo em aberto, para outros que queiram impetrar juntamente comigo, como os Deputados com formação em Direito: Chagas e Zé Reinaldo, ou qualquer outro Deputado, se manifestem junto comigo para que não usurpem os direitos dos pequenos de Roraima em favorecimento aos aliados, de quem está saindo do Governo. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor presidente, Senhoras e Senhores Deputados, colegas parlamentares, quero cumprimentar também todos os policiais aqui presentes, na pessoa do Comandante-Geral Edson Prola, jornalistas e profissionais de comunicação. Uso a tribuna para esclarecer mais uma vez os projetos de autoria governamental referentes à Polícia Militar, visto que alguns pronunciamentos apresentados hoje não ficaram bastante esclarecidos.

Há dois projetos, enviados pelo Governo do Estado a esta Casa, elaborados pelo Estado-Maior da Polícia Militar, que passaram pela PROGE, antes disso passaram pela Secretaria de Planejamento, passaram pela análise da equipe econômica do Governo com a nota de impacto orçamentária, dizendo da possibilidade de se encaminhar a esta Casa esses Projetos, e o parecer favorável da PROGE e Casa Civil, e assinatura da Mensagem.

Inicialmente eu quero destacar que é um trabalho muito bem elaborado pelo Estado-Maior da Polícia Militar, sob a liderança do Coronel Prola, visando apresentar dois projetos, voltados ao interesse coletivo, ao bem comum da sociedade, especialmente no tocante à segurança pública, porque esses projetos tratam primeiramente sobre a questão da motivação do policial militar, especialmente os do quadro especial com mais de duas ou três décadas de serviços prestados à sociedade roraimense. É o que trata do quadro de distribuição de efetivo.

O segundo Projeto, não menos importante, trata da reorganização da Polícia Militar que tem apenas 3 companhias independentes lotadas no interior do Estado: uma no Município de Pacaraima, outra em Caracará e outra em Rorainópolis para cuidar do policiamento no interior do Estado. A proposta da PM, que foi enviada pelo Governador, propõe criar mais três companhias independentes para cuidar do policiamento no interior do Estado, é preocupação do comando da corporação, é a preocupação da Polícia Militar, é a preocupação do Governo do Estado em levar mais policiais para o interior para fazer a segurança em lugares distantes, onde muitas vezes acontecem fatos em que a Polícia Militar não está presente. Então, esse desdobramento vai possibilitar o comando da corporação, lotar mais policiais que levem uma segurança mais efetiva e eficiente ao interior do Estado. Além disso, a Proposta de Lei Complementar tem por finalidade criar 3 companhias independentes aqui na capital para reforçar o policiamento e articular de forma mais eficaz o atendimento das ocorrências, através da Giro, grupamento de intervenção rápida, fazendo uso de motocicletas. O Governo do Estado fez um grande investimento na aquisição de motocicletas de alta potência, realizou curso para especializar policiais militares nessa modalidade de policiamento. Agora é colocar na lei, de forma expressa, a previsão desse grupamento que já está prestando um grande serviço à sociedade roraimense. Prevê a criação da Polícia Comunitária para revitalização dos conselhos comunitários de segurança pública para coordenar o PROERD, para coordenar o atendimento especializado da Polícia Militar. Enfim, essa companhia vai aproximar ainda mais a Polícia Militar do cidadão roraimense. Na filosofia da Polícia Militar, uma 3ª Companhia que está sendo criada Deputado Gabriel,

Vossa Excelência com certeza, tem o compromisso com o Estado, quanto à segurança do cidadão. É a Companhia Independente de Guarda, pois o que temos hoje é um batalhão que cuida não só do policiamento de guarda, mas também do policiamento ostensivo geral. Nós precisamos criar uma companhia específica para tratar do Policiamento de Guarda, para ser a prioridade na missão, atividade fim dessa unidade para que consigamos manter os presídios sem fugas como estão há mais de cem dias. Então, a destinação para essa Companhia de Guarda, com certeza, há mais de cem dias. Então, com a criação e a destinação dessa missão para a Companhia de Guarda com certeza vamos controlar o sistema prisional como já está de fato sendo.

E por fim, a Polícia Militar dá uma nova denominação ao serviço de saúde que passará a ser de Policlínica da Polícia Militar. E cria a Ouvidoria da Polícia Militar, órgão destinado para receber as críticas e denúncias relacionadas à atividade policial militar. Concedo um aparte ao Deputado Zé Reinaldo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Zé Reinaldo** – Obrigado deputado Chagas. Eu quero agradecer pelo aparte e dizer que nestes três meses que estou dentro desta casa, não poderia deixar de aproveitar este momento para destacar um dos princípios da administração pública que se chama princípio da efetividade onde as partes fazem o todo. E quando as partes se integram os resultados chegam onde se almeja. E quero, dentro deste destaque, dizer que nas quatro partes que eu vou citar a vontade de um governante em ver o sonho de cada um realizada: A vontade do Poder Legislativo que, desde que aqui cheguei, tem demonstrado a sua luta em função, de atender as demandas da nossa sociedade, principalmente das instituições. Hoje, estamos falando aqui, sobre a Polícia Militar. A força do trabalho do Coronel Prola, sem desmerecer, mas valorizar a força de todos os seus antecessores, porque podemos dizer que hoje o Brasil é do PT, mas quem preparou o Brasil para o PT foi o PSDB. E quem preparou lá atrás essa base, deu condições para o Coronel Prola que aqui está, e não poderia deixar de enaltecê-lo com toda a sua tropa que aqui se encontra, porque junto a esses quatro elementos não poderíamos deixar de destacar o quarto que é a força de um Deputado que busca defender a sua categoria, que é Vossa Excelência, Deputado Coronel Chagas.

Então, eu quero, aqui, deixar registrada a luta de um Deputado pela estrutura policial a fim de dar à sociedade tranquilidade do dever cumprido pela efetividade das ações da nossa briosíssima Polícia Militar. Então, qualquer que seja a lei que venha para esta Casa, que trate dessa estruturação para fazer com que esses homens possam exercer efetivamente as suas ações, nós não podemos deixar de aprová-la. Parabéns primeiramente ao Governo do Estado que teve a coragem de enviar a mensagem; em segundo lugar, a Assembleia Legislativa; em terceiro, um comandante que estuda com sua tropa o que é melhor para ela; e, em quarto, os Deputados que nesta Casa defendem a sua categoria.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço**- Eu quero parabenizar Vossa Excelência pelo seu esforço, o Coronel Prola também. Como também, me junto aos colegas para que esse projeto seja aprovado nesta Casa com grande maioria dos votos.

Gostaria também, fazer um apelo ao Estado e ao Comandante da Polícia Militar para que, depois de aprovado, priorizem, por favor, o interior do estado, dando condições para que o efetivo das Polícias Militar que, para lá for destacado possa executar o seu trabalho. Muito Obrigado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua – Agradeço as palavras dos ilustres Deputados. Com certeza, Deputado Gabriel, inclusive uma das companhias que está sendo criada vai ficar sediada na sua base, onde Vossa Excelência iniciou a sua vida pública, no Município de São Luiz do Anauá, e também na base do Deputado Mecias, em São Luiz, Baliza e Caroebe.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Deputado, como Vossa Excelência aborda sempre assuntos de interesse do nosso Estado quero me juntar a Vossa excelência neste pronunciamento. Sou totalmente favorável à aprovação urgente dos projetos que beneficiam as forças de segurança do nosso Estado, em especial, da Polícia Militar que faz um excelente trabalho no nosso Estado. Da mesma forma que peço urgência e me manifesto favorável a esse projeto, quero manifestar a minha preocupação quanto à urgência que estão tentando dar ao projeto de lei que aprova a PEC e a Lei das Terras. É desnecessária essa urgência. A oposição sequer se reuniu, sequer teve tempo para definir as coisas. É preciso que esta Casa dê urgência ao que é urgente, como é o caso do projeto da polícia Militar que é urgente e necessário, mas a PEC e a Lei das Terras não são urgentes. Não é necessário que se vote dessa forma, pois há várias emendas propostas no projeto. Gostaria de propor aos membros da Comissão e à Mesa Diretora que tenhamos calma e respeito, caso contrário, estaremos envolvendo milhares de pessoas neste Estado que poderão ter suas vidas e seus bens comprometidos com essa urgência.

Portanto, que não se vote hoje e que a Comissão possa reunir esforço conjunto para analisar essa questão.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua – Senhor Presidente, quero destacar a atuação de cada um dos parlamentares aqui. Cada um dos projetos que passar aqui da Segurança Pública, particularmente, da polícia Militar, do Corpo de Bombeiros que são unidades e instituições coirmãs, o compromisso com essas instituições, sem nenhuma exceção, pois todos os projetos que aprovamos aqui foram através de amplos debates na tentativa de aperfeiçoar: desde a criação do Colégio Militar, desde o aumento dos recursos para a Segurança Pública, o Estatuto, a Lei do Subsídio, enfim, uma série de leis, de projetos que passaram por aqui, nós tivemos sempre a votação unânime desta Casa para a votação dessas leis que formam o arcabouço jurídico da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Civil, todos os que compõem o aparelho de segurança do nosso Estado. Então, sem o apoio de cada um dos Deputados aqui, essas conquistas não seriam possíveis. Então, o nosso agradecimento como policial militar, apelo pelo apoio de todos os deputados na aprovação dos projetos de lei. Agradeço a todos. Um cordial bom dia!

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Não havendo mais oradores inscritos para o Grande Expediente, passamos à Ordem do Dia com a discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 015/14, que “Altera o quadro de distribuição de efetivo da Polícia Militar do Estado de Roraima – QDE, constante da Lei nº 345, de 27 de setembro de 2002, alterada pela Lei nº 904, de 23 de maio de 2013”, de autoria governamental; do Projeto de Lei nº 009/14, que “Dispõe sobre a política de regularização fundiária rural do Estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria governamental; e, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 06/14, que “Altera a Lei Complementar nº 81, de 10 de novembro de 2004 e da Lei Complementar nº 197, de 10 de maio de 2012, e dá outras providências”, de autoria governamental; e da Proposta de Emenda à Constituição nº 001/14, que “Altera e acrescenta dispositivos à Constituição do Estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria governamental.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões em conjunto possam analisar e emitir parecer às referidas matérias.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço**, pede uma Questão de Ordem – Senhor Presidente, solicito a prorrogação do horário da Sessão em virtude do adiantado da hora.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Acato o requerimento verbal do Deputado **Gabriel Picanço**. A Sessão está prorrogada pelo tempo regimental.

Convido aos Senhores Deputados que tomem assento ao Plenário.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à verificação de quórum para a votação.

O Senhor Primeiro Secretário (**Coronel Chagas**) – Senhor Presidente, falta um Deputado para dar quórum necessário para a deliberação da matéria.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Dou por reaberta a presente Sessão. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 015/14 e do parecer das Comissões em conjunto.

O Senhor Primeiro Secretário (**Coronel Chagas**) – (Lido o Projeto de Lei nº 015/14 e o parecer das Comissões em conjunto).

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Coloco em discussão o Projeto de Lei nº 015/14.

O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** – Senhor Presidente, já havia

me posicionado a respeito das vontades dos governantes e eu não poderia, mais uma vez, deixar de ressaltar que historicamente Roraima evoluiu muito nos últimos dez anos. Quando eu cheguei aqui só havia asfalto até o Pau da Paciência, no rumo de Pacaraima, somente até a ponte. A Energia era de usina termoeétrica e quem não tivesse motor de luz em casa, dormia dando margens às picadas de carapanã. Só tinham a terra, se fosse concedido pela União. Vieram os governantes. O Estado, constitucionalmente, evoluiu a partir de 88. E hoje temos a figura de um governante que historicamente mudou o conceito do plano de desenvolvimento do nosso Estado. Quando o Estado por si só evolui, aumenta a sua população, aumenta a demanda das necessidades. Hoje se discute nesta Casa um dos projetos mais polêmicos, que é o da lei das terras, não é o foco dessa discussão, porém, o que se aprova agora é uma demonstração que o Governador Anchieta que encaminhou essa mensagem urgente, elaborada pelo comandante da sua Polícia Militar, Coronel Prola, com toda a sua equipe, visando dar segurança àquele policial que trabalhou, dedicou a sua vida ainda até de certa forma aos que tomaram diante da defesa do cidadão, e que não tiveram a oportunidade de presenciar este momento. O Governador Anchieta não ficará conhecido apenas como o Governador que mais estruturou este Estado, que asfaltou, consertou pontes, construiu pontes e estradas, que recuperou vicinais, que asfaltou vicinais, que recuperou Jatapu, as últimas ações nesses três meses, pois, eu quando cheguei aqui percebi que nesta Casa recebia-se um rosário de instituições andando em busca de seus direitos adquiridos, e esta Casa aprovou várias Leis, ajustando esses quadros de instituições que há muito tempo nenhum governante tinha coragem de fazer, sempre pensando de que forma seria o amanhã. Não existe amanhã se não houver um cidadão com segurança salarial, confortável para poder sair de casa e deixar seus filhos com comida, com farda e estudo garantido. E hoje, quando nós aqui aprovamos mais esse Projeto de Lei diante de tantos que esta Casa já recebeu como o dos Bombeiros que lutavam há sete anos, o da Polícia Civil, dos delegados, dos Agentes de Saúde, dos Agentes Penitenciários, enfim, criou-se e dissolveu-se no decorrer de um tempo ímpar esse rosário de projetos que aqui existia. Destaca-se a coragem e a determinação de um governante que não ficará apenas conhecido como o homem que reestruturou o Estado de Roraima, mas o homem que valorizou as categorias do seu Estado, que deu condições a qualquer segmento. Ontem, quando nosso Governador Anchieta foi condecorado como *Doutor Honoris Causa* da Universidade Estadual de Roraima, volto aqui a lembrar as palavras do velho Brigadeiro, que dizia que o homem não é conhecido pelas suas palavras, pelos seus gestos, pelas suas atitudes, um homem é conhecido pelas suas ações. A palavra o vento leva, as ações se perpetuam. Então, é nesse contexto que faço uso das palavras para parabenizar a categoria que hoje é beneficiada com esse Projeto de Lei, parabenizo o Governador Anchieta pela determinação, pela coragem e sensibilidade como governante preocupado com seu Estado. Parabenizo a todos os que aqui estão.

O Senhor Deputado **Ivo Som** – Senhor Presidente, depois da fala do Deputado Zé Reinaldo, só tenho que agradecer ao governo pelo projeto mandado para esta Casa, aos pais e mães de famílias, amigos dos novos PMs desde soldado até oficiais, parabéns a todos, que de uma forma verdadeira possamos olhar melhor para o Estado, assegurados pelo interesse coletivo de salvar vidas e proteger a sociedade. E nesse contexto pediria que nesse mesmo exemplo que estão dando a esses soldados e demais Deputados que se encontram aqui são vinte e dois registros no painel da Assembleia, mas só temos treze Deputados, que seja descontando os vencimentos dos que não estão presentes para aprovar enquanto somos pagos para trabalhar em prol de uma sociedade mais justa. Parabenizo o Coronel Chagas que representa muito bem a PM, também o Soldado Sampaio, nesta Casa. Quero que fique registrado que

O Poder Legislativo
trabalhando para Você

1ª Casa Legislativa
do País a abrir as portas
para os movimentos
sociais

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
A Força do Povo

Por um Estado melhor!

no término desta Sessão houvesse a conferência dos Senhores Deputados que se encontram em relação dos que não estão aqui fosse descontando de seus salários. Que Deus abençoe esta Casa, e parabéns a todos vocês.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Quero informar ao Deputado que esse controle é feito pela presença de votação.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, quero dar a minha contribuição à matéria que está em discussão, me senti, Deputado Zé Reinaldo, provocado na sua fala. Quero dizer que discordo e acho que a história vai dizer o contrário, mas faremos na Sessão de amanhã essa discussão. Acho que é o contrário o que dizem aí as pesquisas de intenção popular, há rejeição do governo.

Na Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, como um todo, tivemos muitos avanços nos últimos quatro anos, avanço como a aprovação do Estatuto, que há doze anos a categoria almejava, conseguimos aprovar uma Lei de Remuneração que não foi o acordado e nem o que os policiais mereciam, mas foi o que governo resolveu acatar, aprovamos um código de ética, de disciplina que não era o ideal. Fica um pouco na contramão do Código de Ética que está sendo aprovado aí fora, mas é uma Lei Estadual aprovada nesta Casa, diferente da que estava anteriormente que era uma Lei Federal, usada por analogia e continham várias aberrações jurídicas no seu contexto. Todos esses avanços nesta pauta que está se discutindo, abrindo um quadro da Polícia Militar, assim como está abrindo novas estruturas para acomodar o bom desenvolvimento administrativo da Polícia Militar, como um todo, que é fruto de lutas, de reuniões, posicionamento estratégico nas eleições onde a Polícia Militar por quatro legislaturas teve representantes nesta Casa: Cabo Sebastião, Damosiel, neste momentom aqui no painel registra dois Deputados ligados à categoria, Coronel Chagas e Soldado Sampaio. Eu pergunto: não tem professor? Não tem enfermeiro? Seja a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros têm clareza, através de sua tropa, sobre a importância das lutas na busca por melhorias a cada dia, assim como têm compreensão política da importância de eleger os representantes. E claro, para sociedade e para esta Casa o meu desentendimento ideológico com o Coronel Chagas: ele é governo, e eu sou oposição. Agora aquilo que é comum para corporação, nós estamos juntos, como tem, por exemplo, três Emendas nos Projetos de nossa autoria, assim como todas as Emendas feitas no Estatuto forma Emendas de consenso, ou seja, a PM, Bombeiros ganham realmente com estes dois Deputados. Espero que a categoria tenha no próximo ano três Deputados nesta Casa, e estamos almejando o projeto federal. É assim que se organiza, é assim que o trabalhador conquista espaço. Peço licença ao nosso líder da bancada de oposição, que vamos votar pela aprovação, pois entendemos que está melhorando na vida dessas pessoas que estão na ponta da lança nos quatro cantos do Estado, fazendo policiamento em defesa da sociedade, às vezes, sem as condições mínimas, mas está lá o policial fardado, cumprindo seu papel. Está de parabéns a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. Parabéns Deputado Chagas. Sintome também contemplado com os avanços, porque de alguma forma, seja como parlamentar ou policial, líder de sindicato, fiz a minha parte para chegarmos a esses avanços. Obrigado e parabéns a todos.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – É de conhecimento o compromisso de Vossa Excelência e do Coronel Chagas com relação à Polícia Militar. Vossas Excelências têm obtido vitórias brilhantes nesta Casa, tenho certeza que a corporação irá olhar com bons olhos como tem esta dupla de Deputados que têm se dedicado a cada dia para melhora a situação da nossa Polícia Militar.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Quero parabenizar a Polícia Militar por esse avanço. Mas, como o Deputado Zé Reinaldo teceu muitos elogios ao Governador, eu queria convidar o Deputado para que saia um pouquinho das estradas e visite as Vicinais 10, 20, 19, 22, 34, 1, 3, 4 e 5. Acho que nós só estamos ouvindo os elogios, que precisam ser de comum acordo para todos. Então, eu queria fazer esse destaque e dizer a Vossa Excelência que nós vamos votar sim pela aprovação do Projeto da Polícia Militar, que é o interesse de todos os Deputados. Obrigado.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, só para complementar. Vossa Excelência tem que fazer a prorrogação da Sessão porque o tempo regimental já foi estourado. E que essa conquista da Polícia Militar, com certeza, é fruto de muita mão, como exemplo, o nosso Deputado Soldado Sampaio, Coronel Chagas, Comandante da Polícia Militar, Coronel Prola, que se empenharam para que eles pudessem receber esse benefício. E o Governo do Estado não fez mais do que sua obrigação, que é olhar para as pessoas que trabalham neste Estado. Então, quero dizer, os Policiais Militares, os professores, têm que ser bem tratados. Eu acho que nós estamos na véspera de uma mudança de governo, e o nosso partido, PSB, diz que nós podemos fazer mais e temos que fazer o melhor. E é isso que o Estado espera.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Senhor Presidente, quero fazer um apelo para que este projeto seja aprovado por unanimidade.

Primeiro, pelo orgulho, não como Parlamentar, mas como cidadão roraimense, pelo orgulho que eu tenho da nossa polícia. A Polícia de Roraima nos orgulha pela maneira como trata a nossa sociedade ao cuidar da segurança de nosso Estado. Parabenizo o comandante, um exemplo de comandante, pelas posições firmes que ele tem tomado, inclusive no imbróglio da Cadeia Pública, porque ele teve a coragem, que poucos têm, de colocar ordem. As pessoas que ali estavam representando as instituições, e que se diziam defender os interesses dos cidadãos e acima de tudo quem estava defendendo o interesse do povo era ele quem estava presente num momento delicado da vida dos detentos na nossa penitenciária. Então, o orgulho que nos enche de felicidade, eu faço o apelo para que esse projeto seja aprovado por unanimidade. Está de parabéns a Mesa, especialmente, o Presidente da Casa, que soube fazer com que esse projeto chegue a ser aprovado com o apoio do Coronel Chagas, Deputado Sampaio e dos demais colegas. Saí, pedi para que suspendesse uma audiência no Tribunal de Contas do Estado para que eu pudesse votar aqui. Estava sendo julgada lá uma prestação de contas minha, da CODESAIMA, quando fui presidente daquele órgão. Era isso que eu tinha que colocar Senhor Presidente.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Senhor Presidente, eu queria dizer que o Deputado Sampaio tirou um de nós, viu? Ele disse que o ano que vem vai ter aqui três Deputados da PM. Mas ele fez jus, porque nós vamos ter um Deputado que vai ser vice-governador deste Estado. Então, realmente, vai ter mais uma vaga, e a gente, com muita honra, espera que seja um policial. Todos sabem, e tem um histórico nesta Casa, que eu não me lembro de projetos que tratem de servidores, e que tenham sido rejeitados por esta Casa. Às vezes, a nossa briga é para corrigir algum aspecto que possa criar problemas ou até para melhorar. E não seria com a Polícia Militar, ontem a gente viu a angústia. Eu queria até dizer que no sábado eu encontrei alguns policiais, Coronel Chagas, lá nas Lojas Perin. Eles me perguntaram se eu tinha pedido vistas ao projeto deles, e pediram que eu não fizesse isso. Eu respondi que eles ainda não tinham ido à comissão, até conversei com o Coronel Chagas, tentamos votar na quinta-feira, não teve quórum, mas na terça-feira vai estar lá. É porque é prática nossa, principalmente, quando se trata da Polícia. Eu, até brincando há pouco, dizia, Coronel Prola, uma pessoa que me é muito cara: tomara que possamos estar fazendo isso com as condições de trabalho dos Policiais Militares. A gente que viaja muito por este Estado conhece os problemas. Às vezes, a gente chega a uma determinada localidade, e estão lá os policiais. E eu já disse isso aqui, até com sacrifício da vida, a gente ainda não conseguiu fazer tudo, mas se conseguiu fazer muito na estruturação, na organização, no quantitativo dos Policiais Militares.

Então, em nome desta Casa, queria dizer que, às vezes, a demora é por conta de discussões, falta de quórum, de reuniões, do trâmite dos projetos nesta Casa. Mas é com muita honra, e eu tenho certeza que o Projeto da Polícia Militar obterá unanimidade dos votos dos Deputados desta Casa. Obrigada.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Senhor Presidente, eu quero apenas justificar que voto a favor do projeto, por entender a sua relevância, pois se trata nada mais nada menos, da segurança da nossa população. E quero, ao justificar o meu voto, render uma singela homenagem aos novos 300 Policiais Militares, que virão fazer parte do contingente já existente, levando, com isso, mais segurança, através deste projeto, contemplando o interior. Então, parabéns à Polícia Militar, ao seu comandante e a todos os seus comandados.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, caros colegas, quero parabenizar o Comando da PM do Estado Maior. E a todos que participaram da elaboração deste projeto. Do Governo do Estado por ter tido a sensibilidade de encaminhar este projeto a esta casa. E a todos os Parlamentares que estão aqui hoje, neste momento. Comprometidos com a votação. E estão aqui, com certeza, porque já entenderam o projeto e votarão eu acredito, favoravelmente. Então, desde já, agradeço a todos, ao empenho do Presidente da Casa, para que chegássemos a este momento. Obrigado a todos. Com certeza, nós vamos ter um resultado positivo.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Senhor Presidente, eu quero apenas corroborar com o discurso de todos os parlamentares desta Casa. Em primeiro lugar, porque nós vamos corrigir um problema em relação à tropa. Aqueles que já têm tempo para aposentadoria, como é o caso dos sargentos, quando iriam se aposentar, não subiriam a nenhum posto, como determina a legislação. A imensa maioria das pessoas que está nesta condição é servidor da União, embora incorporado à tropa da Polícia Militar Estadual. Então, muitos, ainda, não se aposentaram porque estavam esperando isso. Já deram sua parcela de contribuição. Já prestaram relevantes serviços a este Estado. E aqueles que estão hoje sendo formados, os novos policiais que foram incorporados, foram

treinados e estão na academia, serão, com certeza, os seus substitutos à altura da experiência desses que estão saindo. Nós estamos fazendo a nossa parte aqui na Assembleia Legislativa. Deputado Chagas, eu o parabeno por essa luta, juntamente, o Deputado Soldado Sampaio. E creio que não foi difícil sensibilizar, porque é uma questão justa. Então, com certeza, esse projeto será aprovado por unanimidade, estamos fazendo justiça aos Policiais Militares. Obrigado.

O Senhor Presidente **Chico Guerra** – Antes de colocar em votação, eu gostaria de discutir a matéria, me dirigindo aos futuros Policiais Militares que aqui se encontram. Dizer-lhes que a Assembleia sempre esteve ao lado da nossa Polícia Militar, nós temos a Polícia Militar, como um dos órgãos mais respeitados. Não se tem notícia que nos quadros da Polícia Militar tenha alguém que peça qualquer tipo de favorecimento, pessoas infratoras, no sentido de aliviar, ou até mesmo fazer de conta que as coisas não tenham acontecido. De modo que fica aqui esse exemplo a todos vocês, para que se espelhem em seus colegas mais velhos, deem à corporação aquilo que ele nos tem dado, que é o respeito da nossa sociedade.

Em votação o Projeto de Lei nº 015/2014.

A votação será eletrônica e nominal. Votando “sim”, os Senhores Deputados estarão aprovando a matéria e votando “não”, estarão rejeitando-a.

Solicito a abertura do painel para a votação.

Declaro aprovado o Projeto de Lei nº 015/2014 com 13 votos favoráveis, nenhum contra, e nenhuma abstenção, em turno único.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da Lei Complementar nº 06/14.

O Senhor Primeiro Secretário (**Coronel Chagas**) – (Lido o Projeto de Lei Complementar nº 06/14)

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o Projeto de Lei Complementar nº 06/14, em primeiro turno.

Solicito ao operador do painel que faça a abertura para a votação. A votação será nominal e eletrônica: votando “sim”, os Deputados estarão aprovando o Projeto de Lei Complementar nº 06/14; votando “não”, estarão rejeitando o Projeto.

Comunico aos Senhores Deputados que a matéria necessita de 13 votos para a sua aprovação.

Dou por aprovada, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 06/14 por 13 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Comunico aos Senhores Deputados que a lei necessita de uma segunda votação que será amanhã ou terça-feira para que comece a vigorar após sua publicação.

Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** – Senhor Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar um colega, o Major Antônio Carlos, estudante de Direito, juntos passamos um bom tempo no aprendizado que qualifica cada dia mais ainda os profissionais da área de segurança. Então, um abraço forte, se ele não estiver aqui que levem meu abraço a ele.

Também quero dar boas-vindas a Vossa Excelência, a sua presença nos dá segurança, equilíbrio e confiança nas decisões que nós temos que tomar, como a que foi discutida agora. E lhe desejo um pleno restabelecimento, que Deus possa abençoá-lo e lhe dê muita saúde para que nós possamos continuar juntos, não só por este período, mas pelos anos de vida que Deus possa lhe conceder. Vossa Excelência é merecedora disso, pois é um bom pai, um grande amigo, um grande parlamentar e um grande professor para aqueles que não conhecem e não sabem o que representa o Poder Legislativo. Fico muito feliz poder contar com a sua presença nesta Casa de novo. Muito obrigado

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Obrigado, Deputado Zé Reinaldo pelas suas orações e pela sua torcida. Sou muito grato pela sua reza forte que ajudou para que a gente tivesse uma recuperação muito rápida neste momento difícil.

Com a palavra o Deputado Soldado Sampaio – Gostaria de ler o edital nº 001/2014 de uma Comissão Conjunta entre a Comissão de Orçamento, Administração, Segurança Pública, Cultura, Educação para uma audiência pública, às quinze horas, com os representantes do Sindicato dos Trabalhadores Civis do Estado de Roraima – CINTRAIMA, que foi deliberado na Sessão de quarta-feira passada e se realizará no Plenarinho. Foram convidados a Deputada Aurelina Medeiros que já justificou sua ausência, os Deputados Brito Bezerra, Coronel Chagas, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Remídio Monai, Soldado Sampaio e Zé Reinaldo. Repetindo, será no Plenarinho, às quinze horas, a audiência pública com os sindicatos.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, é com muita emoção que faço uso da palavra, após a votação desses dois projetos tão importantes para a polícia militar e para todos os policiais militares. Realmente, estou emocionado com a presença de todos os companheiros e a presença do comando da PM em seu estado maior. Então, quero aproveitar essa oportunidade para parabenizar todos vocês que vão ser beneficiados com as leis aprovadas hoje. A primeira, em turno único, que já vai para a sanção do Governador, e a segunda que ainda carece de votação, no segundo turno. Desta forma, quero agradecer a todos os servidores desta Casa, da secretaria legislativa e outros setores que fizeram com que esses projetos tramitassem com celeridade nas comissões para que hoje pudéssemos votar hoje nas comissões e no plenário. Agradeço o empenho dos Deputados que fizeram acontecer isso. A presença dos Deputados aqui foi muito importante porque precisávamos ter pelo menos 13 Deputados, alguns Deputados estavam em outras atividades, mas atenderam ao chamado do líder do Governo, chamado do Presidente e retornaram para votação. Quero agradecer ao Presidente Chico Guerra por seu empenho pessoal, ao Presidente da CCJ, das Comissões em conjunto, Deputado Zé Reinaldo e, em seu nome, a todos os Deputados que fizeram acontecer esse momento importante para todos os policiais militares. Obrigado a todos de coração, e podem ter certeza que a decisão tomada hoje aqui foi justa para com a polícia militar. Obrigado.

O Senhor Deputado **Ivo Som** – Gostaria de desejar-lhe um feliz retorno e dizer que quando o senhor foi a São Paulo apareceram inúmeras declarações caluniosas sobre o seu estado de saúde. Apresentamos junto com a Mesa Diretora uma Moção de Aplauso à Vossa Excelência e a sua família, sendo um exemplar do companheiro, amigo e pai. Chico Guerra, não tenha dúvidas que embora o pouco tempo que o senhor esteve afastado daqui, mas perto da sua família se tratando. Sentimos muito sua falta e torcemos muito pela sua volta. Que Deus o ilumine e a sua família. Quero, em nome do Comandante desta Corporação, Edson Prola, e em nome do Francisco, parabenizar a todos vocês. Acho que o Deputado Zé Reinaldo já disse tudo, o Coronel Chagas também, mas, reitero que não existe uma segurança tranqüila se não tiver servidores da segurança se sentindo satisfeitos. E vocês são exemplos do Brasil. Posso dizer nas palavras do Coronel Chagas, que fico emocionado ao ver nos jornais que a melhor polícia do Brasil é a do Estado de Roraima, a menos corrupta. Por isso, nada mais justo do que o que está acontecendo aqui hoje. Quem me dera que os demais conjuntos de servidores seguissem o exemplo de vocês e tivessem a humildade de vocês. Nós Deputados não estamos fazendo favor nenhum, pois são vocês que verdadeiramente nos protegem e nos guardam. Acima de tudo quero parabenizá-los em nome de todos os Deputados, desejando que Deus os proteja, pois, vocês são os verdadeiros guardiões e vitoriosos dessa história. A nós, só resta aplaudi-los de pé. Obrigado e parabéns.

O Senhor Presidente Deputado **Chico Guerra** – E não havendo quem queira usar do Expediente e Explicações Pessoais, e não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 27 de março, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Portela, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, George Melo, Ivo Som, Jalsner Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Soldado Sampaio e Zé Reinaldo.**

Ata Sucinta Aprovada em: 27/03/2014

ATAS COMISSÕES

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
 DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
COMISSÃO ESPECIAL INTERNA, CRIADA ATRAVÉS DA
RESOLUÇÃO Nº 007/14.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/14

22/04/14

Convocamos os Senhores Deputados: **Brito Bezerra Vice- Presidente, Chicão da Silveira-Relator, George Melo e Zé Reinaldo, Membros**, para reunião Extraordinária desta Comissão, no dia 23 de abril às 8h, na Sala de Reunião deste Poder, onde na oportunidade Sabatinaremos a Senhora **Antônia Vieira Santos**, indicada pelo Poder Executivo ao cargo de Reitora da Fundação Universidade Virtual de Roraima-UNIVIRR.

Coronel Chagas
 Presidente